



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso
Secretaria Geral do Tribunal**

TC
Fl. ____
Rub.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2006

Divulga a classificação das irregularidades para apreciação das contas anuais da Administração Pública Estadual e Municipal, a partir da competência 2005 e adota outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal e artigo 47 da Constituição Estadual, e

Considerando a competência atribuída constitucionalmente às Cortes de Contas para emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;

Considerando a competência atribuída constitucionalmente às Cortes de Contas para julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

Considerando a meta estabelecida no Planejamento Estratégico desta Corte de Contas de *“Exigir dos jurisdicionados reduzir a 0% os índices de irregularidades na gestão de recursos públicos, até dezembro de 2011”*;

Considerando a meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Gestão 2006-2008 - Construindo a Excelência de *“Exigir dos jurisdicionados reduzir em 60% os índices de irregularidades na gestão de recursos públicos, até janeiro de 2008”*;

Considerando a estratégia estabelecida na Gestão 2006-2008 - Construindo a Excelência, de *“Ampliar ações que implantem rotineiramente na administração do TCE o princípio da Transparência”*;

Considerando as proposições apresentadas pela Consultoria Técnica, após discussão e validação conjunta com os Subsecretários e Membros do Comitê Técnico.

DECIDE:

Art. 1º Divulgar, no Anexo Único desta Instrução Normativa, a classificação das irregularidades para apreciação das contas anuais da Administração Pública Estadual e Municipal a partir da competência 2005.

§ 1º As irregularidades classificadas no Anexo Único não impedem a inclusão de outras falhas e/ou ilegalidades não cogitadas nesta Instrução Normativa na apreciação das contas anuais.

§ 2º Na apreciação das contas, o Tribunal Pleno levará em

consideração, além da classificação indicada nos termos deste artigo, também os princípios da legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de gestão.

Art. 2º Determinar às equipes técnicas das Secretarias de Controle Externo das Relatorias que, quando constatadas irregularidades descritas no Anexo Único, estas sejam apontadas na conclusão do relatório de auditoria devidamente identificadas com os códigos correspondentes e com a especificação dos detalhes relativos ao caso concreto.

Parágrafo único. As irregularidades não descritas no Anexo Único, quando constatadas pelas equipes técnicas, deverão ser indicadas no relatório de auditoria e, quando relevantes, comunicadas à Consultoria Técnica, para fins de atualização anual da classificação.

Art. 3º Determinar à Consultoria Técnica a consolidação dos resultados constatados na apreciação das contas anuais, que deverá ter por base as decisões do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Para dar cumprimento ao disposto no “caput”, as irregularidades deverão ser descritas nas decisões do Tribunal Pleno de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 2º.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publique - se

Sala das Sessões do Tribunal de Contas, em Cuiabá, 06 de junho de 2006

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

CONSELHEIRO ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

CONSELHEIRO UBIRATAN SPINELLI

CONSELHEIRO BRANCO DE BARROS

CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

CONSELHEIRO VALTER ALBANO - Vice-Presidente

CONSELHEIRO JÚLIO CAMPOS

Fui presente

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. MAURO DELFINO CÉSAR

ANEXO ÚNICO
CLASSIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

GRAVÍSSIMAS	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
A	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL
B	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO
C	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO
D	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS
A 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESVIO) - Desvio de bens e recursos públicos, contrariando o artigo 37, caput, da Constituição Federal.
A 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PREVIDÊNCIA) - Não-apropriação da contribuição previdenciária do empregador e/ou o não-recolhimento das cotas de contribuição patronal à instituição de previdência (artigo 40, da Constituição Federal).
A 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PREVIDÊNCIA) - Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos empregados (artigo 40, da Constituição Federal).
A 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PREVIDÊNCIA) Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos servidores à instituição devida (artigo 40, da Constituição Federal).
A 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTABILIDADE) - Inexistência de escrituração contábil do exercício em exame (Lei nº 4.320/64, artigos 83 a 100).
A 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Contração de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa, nos termos do parágrafo único e caput do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.
A 07	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) - Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (artigos 169 da Constituição Federal e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal).
A 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PREVIDÊNCIA) - Realização de empréstimos ou qualquer outro tipo de operação financeira junto ao Fundo ou Órgão Previdenciário (Lei Complementar 101/2000 e Resolução nº 78/1998 do Senado Federal) .
B 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ENSINO) - Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Constituição Federal, artigo 212).
B 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ENSINO) - Não-aplicação do percentual mínimo de 60% dos 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. (Constituição Federal, Ato das disposições Constitucionais Transitórias, artigo 60, alterado pela Emenda Constitucional nº 14/96)
B 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (SAÚDE) - Não-aplicação

GRAVÍSSIMAS	
	de, no mínimo, 12%, no Estado, e 15%, nos Municípios, do produto da arrecadação de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.
B 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ENSINO/FUNDEF) - Não-destinação de no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF para a remuneração dos profissionais do magistério (§ 5º, artigo 60, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).
B 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESAS) - Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com os incisos I a III do artigo 29-A da Constituição Federal.
C 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO (DESPESA) - gastos do Poder Legislativo em valor superior ao estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.
C 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO (DESPESA) - Gastos do Poder Legislativo com folha de pagamento em valor superior ao estabelecido no § 1º, do artigo 29-A da Constituição Federal.
D 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (PREVIDÊNCIA) - Utilização de recursos previdenciários para realização de despesas distintas do pagamento de benefícios e despesas administrativas (inciso XI, artigo 167, da Constituição Federal).
D 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (DESPESA) - Utilização de recursos previdenciários, na hipótese de vinculação de servidores ativos ao RGPS, antes amparados pelo RPPS, para outros gastos que não sejam: a) pagamento de benefícios; b) quitação de débitos com o INSS; c) pagamentos relativos à compensação previdenciária; e d) constituição de fundo - artigo 167, inciso XI, combinado com o artigo 40, § 12, da Constituição Federal e artigos 4º e 35 da ON 03/04
D 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (PREVIDÊNCIA) - Ausência de depósito das disponibilidades de caixa previdenciárias em conta separada das demais disponibilidades do município - artigos 1º, parágrafo único e 6º, inciso II, da Lei nº 9.717/98 e artigo 43, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
D 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RPPS (PREVIDÊNCIA) - Concessão de empréstimos ou qualquer outro tipo de operação financeira com recursos do Fundo ou Órgão Previdenciário (inciso XI, artigo 167, da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução nº 78/98 do Senado Federal).

GRAVES	
E	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL
F	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO
G	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO
H	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS

GRAVES	
E 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PESSOAL) - Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com ausência de lei municipal autorizativa ou embasada em lei municipal genérica, em desacordo com o previsto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.
E 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PESSOAL) - Contratação de pessoal por tempo determinado sem atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, burlando a exigência de realização de concurso público (inciso IX, artigo 37, da Constituição Federal).
E 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PESSOAL) - Contratação de pessoal por tempo determinado sem a realização de processo seletivo simplificado.
E 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PESSOAL) - Admissão de servidores em cargos comissionados para exercer atribuições não relacionadas à direção, chefia e assessoramento (inciso V, artigo 37, da Constituição Federal).
E 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PESSOAL) - Inexistência de Quadro de Pessoal e Plano de Carreira.
E 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (FUNDO) - Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa (Constituição Federal, artigo 167, inciso IX).
E 07	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (ORÇAMENTO) - Realização de despesas sem a existência de crédito ou recursos Orçamentários (inciso II, artigo 167, da Constituição Federal).
E 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) - Ocorrência de déficit de execução orçamentária, mesmo após a adoção das providências efetivas (artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 169 da Constituição Federal).
E 09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Investidura irregular da Comissão de Licitações (Lei nº 8.666/93, artigo 51, § 4º).
E 10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Não-realização do processo licitatório, nos casos previstos na lei de licitações.
E 11	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Fragmentação de despesas de um mesmo objeto, para modificar a modalidade do procedimento licitatório.
E 12	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade sem amparo na legislação.
E 13	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Expedição de certificados de registros cadastrais a empresas que não apresentaram toda a documentação exigida pela legislação (Lei nº 8.666/93, artigos 36, § 1º e 37).
E 14	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (LICITAÇÃO) - Realização de

GRAVES	
	processo licitatório com irregularidades que configurem crimes (Lei nº 8.666/93, artigos 89 a 99).
E 15	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTRATO) - Contratação de obras ou de serviços com custo comprovadamente praticado fora do preço de mercado (Lei nº 8.666/1993, artigo 6º, incisos IX e X, e artigo 7º).
E 16	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTRATO) - Contratação de obras ou serviços fora das normas ou especificações técnicas (Lei nº 8.666/93, artigos 6º, incisos IX e X e 7º).
E 17	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTRATO) - Realização de despesas com base em contratos celebrados junto a pessoas jurídicas em débito com a previdência social (§ 3º, artigo 195, da Constituição Federal).
E 18	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Pagamento de despesa decorrente de ato legal ou administrativo, que não tenha adquirido eficácia por falta de publicidade (artigo 37 da Constituição Federal).
E 19	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Realização de despesa sem emissão de empenho prévio (Lei nº 4320/1964, artigo 60)
E 20	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Pagamentos antecipados de parcelas contratuais ou outras despesas sem as respectivas liquidações (Lei nº 4.320/64, artigo 63, § 2º e Lei nº 8.666/93, artigo 55, § 3º).
E 21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Ausência de documentos comprobatórios de despesas (Lei nº 4.320/64, artigo 63, §§ 1º e 2º).
E 22	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Concessão de subvenções econômicas em desacordo com o que determina a Lei nº 4.320/64, artigos 18 e 19.
E 23	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Concessão de subvenções sociais fora das finalidades previstas na Lei nº 4320/64, artigos 16 e 17.
E 24	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Realização de despesas estranhas à competência da instituição, com custeio indevido a conta do orçamento público (Lei nº 4.320/64, artigo 4º, combinado com o artigo 12, § 1º e Lei Orgânica Municipal),
E 25	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Utilização de recursos provenientes da alienação de bens para o pagamento de outras despesas não consideradas de capital, evidenciando descumprimento dos artigos 44 e 50, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.
E 26	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Concessão indevida de adiantamento (Lei nº 4.320/64, artigo 68).
E 27	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Ausência da assinatura do ordenador da despesa em notas de empenho (Lei nº 4.320/64, artigo 58).
E 28	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Pagamento de

GRAVES	
	despesa a credor indevido (Lei nº 4.320/64, artigo 63, § 1º, inciso III).
E 29	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Não-apropriação do 1% devido ao PASEP, contrariando o disposto no artigo 7º, combinado com o inciso III, artigo 2º, Lei nº 9.715/98.
E 30	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DESPESA) - Emissão de cheques sem fundos.
E 31	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL - (DESPESA) a) pagamento de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas em lei. b) Pagamento de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias acima do valor legalmente autorizado.
E 32	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (BANCOS) - Movimentação de recursos financeiros em instituições privadas, sem autorização legislativa, contrariando o disposto no artigo 164 , § 3º da Constituição Federal.
E 33	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTABILIDADE) - Não-contabilização de fatos contábeis ou Registros contábeis incorretos, implicando na inconsistência do balanço, quando a incorreção for de natureza relevante (Lei nº 4.320/64, artigos 83 a 106).
E 34	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTABILIDADE) - Divergência entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes com a existência física dos bens (Lei nº 4.320/64, artigos 83, 85, 89 e 94 a 96).
E 35	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTABILIDADE) - Existência de registros contábeis intempestivos (Lei nº 4.320/64, artigos 83 e 85).
E 36	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (DIVIDA PASSIVA) - Cancelamento de dívida passiva sem comprovação do fato motivador .
E 37	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTROLE SOCIAL) - Obstrução à atuação dos conselhos de políticas públicas
E 38	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTROLE SOCIAL) - Ausência de transparência das contas públicas, contrariando o disposto no § 1º do artigo 1º e artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive quanto à realização das audiências públicas.
E 39	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (CONTROLE INTERNO) - Inexistência e/ou deficiência dos controles internos (artigo 74, da Constituição Federal).
E 40	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Sonegação de documentos ao Tribunal de Contas.
E 41	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Divergência entre as informações enviadas via sistema LRF-Cidadão e as constantes dos processos.
E 42	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Deixar de enviar ou remeter em atraso documentos e informações, comprometendo o acompanhamento pelo Tribunal de Contas do Estado.
E 43	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Não-

GRAVES	
	apresentação das contas anuais ao TCE/MT.
E 44	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Descumprimento das regras estabelecidas na Resolução nº 05/2004, relativas à transmissão de cargos.
F 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ORÇAMENTO) - Autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (inciso VII, artigo 167, da Constituição Federal).
F 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ORÇAMENTO) - Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais - sem autorização legislativa ou autorização legislativa "a posteriori" (Constituição Federal, artigo 167, inciso V).
F 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ORÇAMENTO) - Transposição, remanejamento ou transferências de recursos - créditos adicionais - sem prévia autorização legislativa (inciso VI, artigo 167, da Constituição Federal).
F 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ORÇAMENTO) - Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais - sem a indicação dos recursos correspondentes (Constituição Federal, artigo 167, inciso V).
F 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ORÇAMENTO) - Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (Constituição Federal, artigo 167, inciso V).
F 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (ENSINO) - Realização de transporte escolar em desacordo com a legislação vigente.
F 07	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (BANCO) - Transferências e/ou movimentação de recursos vinculados em outras contas bancárias que não as criadas especificamente para esse fim.
F 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESVIO) - Desvio de finalidades na aplicação de recursos vinculados.
F 09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (TRIBUTO) - Não-adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência
F 10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (TRIBUTO) - Cancelamento de dívida ativa sem comprovação do fato motivador.
F 11	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (TRIBUTO) - Não-adoção de providências para cobrança de dívida ativa (administrativas e/ou judiciais)
F 12	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DÍVIDA) - Existência de montante da dívida consolidada líquida, da amortização e/ou da contratação superior ao limite estabelecido em Resolução do Senado Federal
F 13	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DÍVIDA) - Contratação

GRAVES	
	de operação de crédito em valor superior à despesa de capital fixada no orçamento (artigo 6º, inciso I da Resolução Senado nº 43/2001 e artigo 167, inciso III da Constituição Federal).
F 14	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DÍVIDA) - Contratação de Operações de Crédito com instituições não financeiras (Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 78/98 do Senado Federal).
F 15	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESA) - Contribuição para o custeio de outro ente da federação, sem autorização na LDO, LOA ou em lei específica e/ou sem a formalização de convênio, evidenciando descumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, artigo 62.
F 16	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESA) - Concessão de Auxílios, Contribuições ou Subvenções a entidades privadas sem autorização na LDO, LOA e em lei específica (Lei Complementar nº 101/2000, artigo 26).
F 17	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESA) - Concessão de auxílio a pessoas sem autorização legal (Lei nº 4.320/64, artigos 4º e 12 , §§ 2º e 6º)
F 18	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESA) - Distribuição de auxílio a pessoas sem o estabelecimento de critérios objetivos em regulamento, ou sem o controle da comprovação da carência dos beneficiários, e, quando for o caso, sem a prestação de contas (artigo 37 da Constituição Federal, caput e artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
F 19	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (DESPESA) - Pagamento de subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários em desacordo com a determinação Constitucional e legal (Constituição Federal, artigo 29, inciso V)
F 20	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODER EXECUTIVO - (DESPESA) - Realização de gastos com pessoal do Poder Executivo acima do limite de 54% da Receita Corrente Líquida, fixado pela Lei Complementar 101/2000, artigo 20, inciso III, alínea "a".
F 21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (CONTABILIDADE) - Ausência de apresentação de contas individualizadas e consolidadas, contrariando o disposto no artigo 50 da Lei Responsabilidade Fiscal
F 22	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER EXECUTIVO (CONTROLE SOCIAL) - Não- implantação dos conselhos de políticas públicas exigidos em lei.
G 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO (DESPESA) - Pagamento de subsídios aos Vereadores em desacordo com a determinação constitucional - valor superior ao máximo em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais (Constituição Federal, artigo 29, inciso VI).
G 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO (DESPESA) - Pagamento de subsídios aos vereadores em desacordo com a determinação Constitucional - Limite total da despesa: 5% da receita do Município (Constituição Federal, artigo 29, inciso VII).

GRAVES	
G 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODER LEGISLATIVO (DESPESA) - Gastos com pessoal do Poder Legislativo, acima do limite de 6% da Receita Corrente Líquida, fixado pela Lei Complementar nº 101/2000, artigo 20, inciso III, alínea "a".
H 01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (AVALIAÇÃO ATUARIAL) - Ausência de realização de avaliação atuarial anual - artigo 1º, inciso I, Lei nº 9.717/98;
H 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (AVALIAÇÃO ATUARIAL) - Realização de avaliação atuarial por profissional não habilitado em atuária - Decreto-Lei nº 806/69;
H 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (AVALIAÇÃO ATUARIAL) - Inobservância das premissas estipuladas no Anexo I da Portaria nº 4.992/99 na realização do cálculo atuarial.
H 04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (GESTÃO) - Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime – artigo 40, § 20, da Constituição Federal/1988;
H 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (GESTÃO) - Não instituição de Colegiado Previdenciário, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes - artigo 14 da ON nº 03/04 e referência no artigo 1º, inciso VI, da Lei nº 9.717/98;
H 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (GESTÃO) - Inobservância aos requisitos mínimos para que o RPPS tenha viabilidade de manutenção descritos no Parecer Atuarial, constante da Avaliação Atuarial.
H 07	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (GESTÃO) - Impossibilidade de garantia direta da totalidade dos riscos cobertos sem necessidade de resseguro (seguro de benefícios de risco como aposentadoria por invalidez e pensão por morte) - artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 9.717/98 e Acórdão nº 21/2005 TCE/MT;
H 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (GESTÃO) - Não exercício do direito de compensação financeira junto ao RGPS, nos termos da Lei nº 9796/99 e Decreto nº 3.112/99;
H 09	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (SEGURADOS) - Vinculação de servidores não detentores de cargo efetivo ao RPPS;
H 10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (SEGURADOS) - Existência de servidores cedidos a outros entes, sem que estes continuem vinculados e contribuindo ao regime de origem - artigo 1º, A da Lei nº 9.717/98, e artigos 27 e 28 da ON 03/2004;
H 11	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (SEGURADO) - Ausência de cadastro de servidores e dependentes atualizado e confiável - item 06 do Anexo I da Portaria nº 4.992/99;
H 12	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTRIBUIÇÃO) - Ausência de previsão legal e não efetiva contribuição de inativos e pensionistas ao RPPS -

GRAVES	
	Emenda Constitucional nº 41/2003;
H 13	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTRIBUIÇÃO) - Aplicação de alíquotas de contribuição dos servidores e dos inativos e pensionistas inferior a 11% e, a patronal, inferior à do servidor até o limite do dobro desta - artigos 2º e 3º da Lei nº 9.717/98;
H 14	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTRIBUIÇÃO) - Inobservância à alíquota de contribuição estipulada na avaliação atuarial, inclusive com previsão em lei municipal - artigo 19, § 1º, da ON 03/2004;
H 15	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (BENEFÍCIO) - Ausência de custeio dos benefícios incluídos no cálculo atuarial (no mínimo aposentadoria e pensão) pelo RPPS - artigos 19, § 3º, e 43 da ON 03/2004;
H 16	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (DESPESA) - Realização de despesas administrativas de custeio superior ao limite de 2% do valor total da remuneração, proventos e pensões, relativamente ao exercício anterior - artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 9.717/98, artigo 17 da Portaria nº 4.992/99 e Acórdãos nºs 21/2005 e 130/2006 TCE/MT.
H 17	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (DESPESA) - Concessão de benefícios distintos dos previstos no RGPS - artigos 5º da Lei nº 9.717/98 e 16 da Portaria nº 4.992/99;
H 18	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS - (DESPESA) - Concessão de benefício de salário-família ao segurado que percebe remuneração ou proventos acima do limite e auxílio-reclusão a dependente de servidor que recebia remuneração até o mesmo valor, salvo benefícios com início de concessão em data anterior a 15/12/98, que independem do valor de remuneração do servidor - artigo 13 da Emenda Constitucional nº 20/98 e artigos 44 e 45 da ON 03/04.
H 19	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (DÍVIDA) - Ausência de parcelamento de dívida do ente em relação aos valores da contribuição patronal - artigos 68 e 69 da ON 03/2004, § 4º do artigo 104 da Lei nº 4.320/64, artigo 2º da Lei nº 10.028/2000, artigos 29, inciso III, e 37, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 3º da Resolução nº 43 do Senado;
H 20	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CRP) - Ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo MPAS, ou esclarecimentos acerca da indicação da causa de suspensão - artigo 7º, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPAS nº 172/2005;
H 21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (ATIVO) - Aplicação de recursos em títulos públicos, que não os do Governo Federal - artigo 6º, inciso VI, da Lei nº 9.717/98 e artigo 43, § 2º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
H 22	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (ATIVO) - Ineficiência na gestão dos ativos previdenciários, envolvendo aquisição e venda dos títulos e demais ativos, a rentabilidade e o risco das aplicações (artigo 6º, incisos e §§ 3º e 4º e artigo 10 da Resolução nº 3.244/2004 do CMN.
H 23	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTABILIDADE) - Ausência de

GRAVES	
	contabilidade própria, contrariando o disposto na Lei nº 9.717/98;
H 24	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTABILIDADE) - Inexistência de registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações, dos investimentos e da evolução das reservas, assim como notas explicativas que esclareçam a situação patrimonial do RPPS - artigo 5º, incisos VII e VIII, da Portaria nº 4.992/99;
H 25	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTABILIDADE) - Inobservância às regras da Portaria MPAS nº 916/03, com alteração da Portaria MPAS nº 1.534 - DOU 03.10.05 (facultativo em 2005 e obrigatório em 2006);
H 26	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (CONTABILIDADE) - Ausência de registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e da parte patronal, e de emissão de extrato anual ao segurado, com valores mensais e acumulados - artigo 1º, inciso VII, Lei nº 9.717/98 e artigo 12 da Portaria nº 4.992/99;
H 27	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RPPS (PRESTAÇÃO DE CONTAS) - Ausência de encaminhamento de todos os processos de aposentadoria e pensão ao TCE/MT.